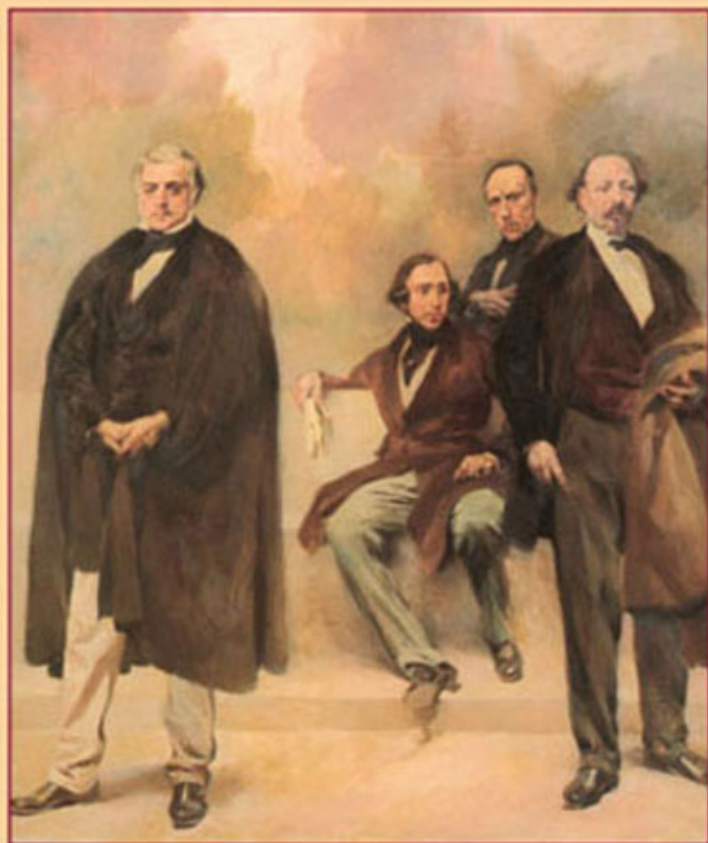


António Pedro Mesquita

O PENSAMENTO POLÍTICO PORTUGUÊS NO SÉCULO XIX



temas portugueses

Assim, caracteriza o ideário democrático, no domínio das opções constitucionais básicas:

1. A adopção do princípio da exclusividade da soberania, que pertence na íntegra à Nação.
2. Em consequência, o ênfase na soberania *popular*, entendida como um atributo exclusivo do conjunto dos cidadãos (aí englobado o «primeiro magistrado»), expressa pela vontade geral, numericamente apurada.
3. Concomitantemente, o primado conferido ao exercício discricionário desta vontade (a qual, nos termos expressivos de Passos Manuel, «pode destruir o trono, o altar, leis e Constituição»⁸) sobre o reconhecimento de qualquer outro princípio.
4. Ainda em consequência, o reconhecimento da legitimidade das mudanças revolucionárias, se necessário violentas, e a desconfiança em relação aos procedimentos gradualistas.
5. A simpatia pelas medidas extraordinárias de segurança do Estado e de defesa da revolução.
6. A tendência para fazer derivar o exercício do poder real de uma delegação essencialmente revogável da Nação.
7. O preconizar de uma tradução social da igualdade civil.

No domínio da organização política e administrativa do Estado:

8. A defesa do sufrágio universal e directo.
9. A preferência pelo unicamaralismo.
10. A rejeição da concessão ao titular do poder executivo dos direitos de veto absoluto e de dissolução das Cortes.

⁸ «Discurso de 8 de Abril de 1837» (*Discursos de Manuel da Silva Passos*, Porto, Typographia de Alexandre da Fonseca Vasconcellos, 1879, p. 214). Em todas as citações, actualizamos a ortografia e a pontuação, salvo na respectiva referência.

11. Em administração, a tendência para o centralismo.
12. Em economia, a tendência para o proteccionismo.

Distinguem-se nesta corrente três grupos fundamentais: no período revolucionário, os epígonos da Constituição de 1820, em particular Fernandes Tomás, Borges Carneiro e Bento Pereira do Carmo (para que poderíamos reservar a expressão «Vintismo»); no mesmo período, mas dentro daquilo a que hoje se chamaria a «extrema-esquerda extraparlamentar», Pato Moniz e Rocha Loureiro, de tendência já francamente republicana; finalmente, nas nossas segunda e terceira fases, correspondentes a todo o período de consolidação do regime, as grandes figuras do Setembrismo, com especial destaque para Passos Manuel e José Estêvão. Os últimos jacobinos do período monárquico-constitucional serão já republicanos.

Ao invés, caracteriza o reformismo, no domínio das ideias-base:

1. O primado dos direitos individuais sobre as formas de organização do Estado.
2. A defesa da evolução gradual, por meios legais.
3. A recusa de qualquer expediente revolucionário em situação de governo representativo.
4. A valorização da tolerância.
5. O reconhecimento do princípio da soberania nacional, mas com rejeição do «mito» da soberania popular como contrário a, e atentatório de, a própria essência e os procedimentos do governo representativo. Nos termos de Ferreira Borges: «A soberania do povo é um absurdo: [...] o povo legislador tem um poder limitado, sujeito, subordinado à Lei suprema da justiça, a única soberana de todos os poderes sociais.»⁹
6. A denegação do lema da igualdade social, entendido como uma ilusão perigosa, porque fonte de um despotismo idêntico, embora de sinal contrário, ao do absolutismo.

⁹ *Exame crítico do valor político das expressões Soberania do Povo e Soberania das Cortes*, Lisboa, Typographia Transmontana, 1837, p. 13.

ÍNDICE GERAL

<i>Preâmbulo</i>	7
------------------------	---

I

OS LIBERALISMOS

1. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-IDEOLÓGICO	13
1.1. Caracterização Geral	13
1.2. Tendências e Fases	15
1.3. Correntes	19
2. A EXPERIÊNCIA CONSTITUCIONAL	25
2.1. Reconstituindo uma História	25
2.2. Um Marco Fundador: a Censura de Ribeiro dos Santos ao Novo Código de Direito Público	26
2.3. Um Primeiro Ensaio de Constituição Liberal: a Súplica a Napoleão	38
2.4. Antes e Depois de 1920: Algumas Tentativas Mal Suce- didas	47
2.5. As Bases (9 de Março de 1821) e a Constituição Políti- ca da Monarquia Portuguesa (23 de Setembro de 1822)	50
2.6. As Constituições Ditas «Absolutistas» e os Projectos de Reformismo Tradicionalista	67
2.7. O Projecto de Lei Fundamental da Monarquia Portu- guesa de 1823	80
2.8. Raimundo Nogueira e a Constituição da Vila-Francada	100
2.9. A Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa (29 de Abril de 1826)	119

2.10. A Constituição Política da Monarquia Portuguesa (20 de Março de 1838).....	126
2.11. Os Actos Adicionais à Carta	127
2.12. Comparação Sinóptica com os Textos Constitucionais Europeus e Americanos do Período	128
3. OS PRINCÍPIOS.....	133
3.1. Direitos Naturais	133
3.2. Liberdade, Segurança, Propriedade	140
3.3. Igualdade.....	143
3.4. Tolerância	144
3.5. Direitos Cíveis e de Participação Política	147
3.6. Soberania Nacional e Representação	149
3.7. Divisão e Independência dos Poderes	154
3.8. Instrução Pública e Progresso	157
4. AS FRACTURAS	159
4.1. Reforma <i>vs.</i> Revolução	159
4.2. Liberalismo <i>vs.</i> Democracia	167
4.3. Soberania Nacional <i>vs.</i> Soberania Popular.....	181
4.4. Princípio Democrático <i>vs.</i> Princípio Monárquico	186
4.5. Constituição Outorgada <i>vs.</i> Constituição Votada.....	198
4.6. Igualdade Civil <i>vs.</i> Igualdade Social	208
4.7. Centralismo <i>vs.</i> Municipalismo	214
4.8. Nacionalismo <i>vs.</i> Federalismo	215
4.9. Protecçãoismo <i>vs.</i> Livre-Cambismo	218
5. OS DEBATES.....	223
5.1. Representação Curial <i>vs.</i> Representação Viril	223
5.2. Eleição Directa <i>vs.</i> Eleição Indirecta	226
5.3. Sufrágio Universal <i>vs.</i> Sufrágio Censitário	230
5.4. A Origem do Poder Real: Fundamental ou Derivada?	235
5.5. A Natureza do Poder Real: Executivo ou Moderador?	235
5.6. Os Poderes do Rei	241
5.7. Unicamaralismo <i>vs.</i> Bicamaralismo	250
5.8. Senado Electivo <i>vs.</i> Pariato Vitalício-Hereditário	258
6. APÊNDICE BIOBIBLIOGRÁFICO	261
6.1. Democratismo (Primeira Fase)	261
6.2. Democratismo (Segunda e Terceira Fases)	265
6.3. Reformismo (Primeira Fase)	267

6.4. Reformismo (Segunda Fase)	271
6.5. Reformismo (Terceira Fase)	278
6.6. Reformismo (Quarta e Quinta Fases)	281

II

A CONTRA-REVOLUÇÃO

1. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-IDEOLÓGICO	287
1.1. Caracterização Geral	287
1.2. Fases e Correntes	289
2. OS PONTOS DE CLIVAGEM	293
2.1. O Abstracto e o Concreto	293
2.2. Indivíduo e Sociedade	297
2.3. O Mal Revolucionário	304
3. A CRÍTICA	309
3.1. A Trindade Maldita	309
3.2. Os Direitos do Homem	319
3.3. O Livre-Pensamento	321
3.4. A Soberania Nacional	326
3.5. O Progresso	326
4. A DOCTRINA	331
4.1. Pessimismo	331
4.2. Tradição	334
4.3. Legitimidade	337
4.4. Autoridade	341
4.5. Hierarquia	346
4.6. Ortodoxia	348
4.7. Intolerância	350
5. O PENSAMENTO CATÓLICO	353
5.1. Do Ultramontanismo à Neutralidade	353
5.2. Em Direcção ao Catolicismo «Puro»	356
6. APÊNDICE BIOBIBLIOGRÁFICO	371
6.1. Primeira Fase	371
6.2. Segunda Fase	373
6.3. O Providencialismo	375
6.4. O Contratualismo	377
6.5. O Individualismo Voluntarista	389

III
REPUBLICANOS E SOCIALISTAS

1. UMA INSPIRAÇÃO COMUM	407
1.1. O Liberalismo Radical, Republicano e Socialista, de Henriques Nogueira	407
1.2. Singularidades de um Cruzamento	410
1.3. Características de um Espírito e de um Estilo	411
1.4. Aspirações de um Programa	413
2. REPUBLICANOS	427
2.1. Breve Enquadramento Histórico-Ideológico	427
2.2. O Republicanismo Jacobino	431
2.3. O Republicanismo Radical	442
2.4. O Republicanismo Independente	448
3. SOCIALISTAS	453
3.1. Breve Enquadramento Histórico-Ideológico	453
3.2. Os Percursos	457
3.3. Os Primeiros Socialistas	462
3.4. A Geração de 70	470
3.5. Os Artesãos do Movimento Socialista Operário: Antero de Quental	475
3.6. Os Artesãos do Movimento Socialista Operário: José Fontana e Azedo Gneco	486
3.7. O Socialismo dos Republicanos e dos Catedráticos	491
3.8. Um Caso Singular: o «Socialismo de Estado» de Oliveira Martins	492
4. A RECEPÇÃO DO MARXISMO	507
4.1. Breve Enquadramento Histórico-Ideológico	507
4.2. Os Contactos	507
4.3. As Ideias	510
4.4. As Análises	514
5. O PENSAMENTO LIBERTÁRIO E ANARQUISTA	519
5.1. Breve Enquadramento Histórico-Ideológico	519
5.2. Etapas de uma Implantação	520
5.3. O Anarquismo Visto por Dentro	525
5.4. O Anarquismo Visto de Fora	534
<i>Bibliografia</i>	543
<i>Índice de nomes</i>	561

Colecção TEMAS PORTUGUESES

Últimas obras publicadas:

O PENSAMENTO POLÍTICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS

José Esteves Pereira

Reimpressão da edição de 1983

OS MILITARES E A POLÍTICA (1820-1856)

Vasco Pulido Valente

Reimpressão da edição de 1997

CRUZEIRO DO SUL, A NORTE

ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Fernando Cristóvão

2.ª edição, revista e aumentada

A INVENÇÃO DE OLIVEIRA MARTINS

POLÍTICA, HISTORIOGRAFIA E IDENTIDADE NACIONAL

NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO (1867-1960)

Carlos Maurício

O PAI DE CAMILO

Carlos Vilela

O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE RAUL PROENÇA

Celeste Natário

IDEOLOGIA E POLÍTICA NA IMPRENSA DO EXÍLIO

O PORTUGUEZ (1814-1826)

José Augusto dos Santos Alves

O PROJECTO CULTURAL DE MANUEL DE AZEVEDO FORTES

UM CASO DE RECEPÇÃO DO CARTESIANISMO

NA ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA

Luis Manuel A. V. Bernardo

Prefácio de António Braz Teixeira

PORTUGUESES NO PERU AO TEMPO DA UNIÃO IBÉRICA

MOBILIDADE, CUMPLICIDADE E VIVÊNCIAS

Maria da Graça A. Mateus Ventura

Vols. I (Tomos I e II) e II

AS (TRANS)FIGURAÇÕES DO *EU* NOS ROMANCES

DE CAMILO CASTELO BRANCO

David Frier

Tradução de João Nuno Corrêa Cardoso

ESTUDOS SOBRE FILOSOFIA EM PORTUGAL

NO SÉCULO XVI

Amândio Coxito

HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA
(RECAPITULAÇÃO)

Teófilo Braga

Prefácio de João Palma-Ferreira

3.^a edição

4 vols.

DE GIL VICENTE A «UM AUTO DE GIL VICENTE»

Maria Idalina Resina Rodrigues

ESTUDOS SOBRE FILOSOFIA EM PORTUGAL NA ÉPOCA
DO ILUMINISMO

Amândio Coxito

CISTERCIENSES, CAMPONESES E ECONOMIA RURAL NO MINHO
NA ÉPOCA DO ANTIGO REGIME

O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BOURO E O SEU DOMÍNIO

Salvador Magalhães Mota

Prefácio de Aurélio de Oliveira

2 vols.

O PENSAMENTO POLÍTICO PORTUGUÊS NO SÉCULO XIX

UMA SÍNTESE HISTÓRICO-CRÍTICA

António Pedro Mesquita

Acabou de imprimir-se
em Abril de dois mil e seis.

Edição n.º 1011951

www.incm.pt
E-mail: dco@incm.pt
E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br